



Relatório da CPI do Carf pede que 28 pessoas sejam indiciadas

Entre os suspeitos de envolvimento no esquema, estão um sobrinho do ministro do TCU Augusto Nardes e um ex-presidente da Mitsubishi no Brasil



A senadora Vanessa Grazziotin leu ontem o relatório da CPI do Carf, que será votado na quinta-feira. No documento, ela pede que 28 pessoas sejam indiciadas. Entre elas, estão Juliano Nardes, que é sobrinho do ministro do TCU Augusto Nardes, e Paulo Ferraz, que foi presidente da Mitsubishi. Desde maio, a CPI investiga um esquema de compra de decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, órgão ao qual empresas recorrem contra dívidas com a Receita Federal. Segundo a investigação, o prejuízo aos cofres públicos foi de R\$ 19 bilhões. Por causa do esquema, a Mitsubishi, por exemplo, reduziu o valor devido ao fisco de R\$ 266 milhões para R\$ 960 mil. **5**

O presidente da CPI, Atáides Oliveira, e a relatora, Vanessa Grazziotin, durante a leitura do relatório final, que será votado na quinta-feira

Relator de Receitas deixa CPMF de fora do Orçamento **3**

Texto dá prioridade entre idosos a maior de 80 anos **7**

Falta consenso sobre unificação de polícias

Os órgãos de segurança pública discordam sobre as cinco propostas de unificação e desmilitarização das polícias no país. Em audiência ontem, representantes

de policiais, bombeiros e guardas discutiram assuntos como a construção de um ciclo completo de polícia e a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência. **4**



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania debate PECs sobre desmilitarização da segurança

Independência para escolher reitor é meta das universidades

Projeto que trata da escolha de dirigentes nas instituições federais de ensino superior foi debatido ontem por representantes da comunidade acadêmica. Entre outras ideias, eles sugeriram que cada universidade defina um modelo próprio, sem necessidade de lei. **8**

Comenda Abdias Nascimento reconhece defensores dos negros

Foram agraciados, entre outros, Alceu Collares, ex-governador gaúcho; frei David Santos, da rede Educafro; José Vicente, da Universidade Zumbi dos Palmares; e a antropóloga Mari Baiocchi. **6**



Ana Amélia (2ª à esq.) preside o debate sobre o projeto que trata da vigilância agropecuária

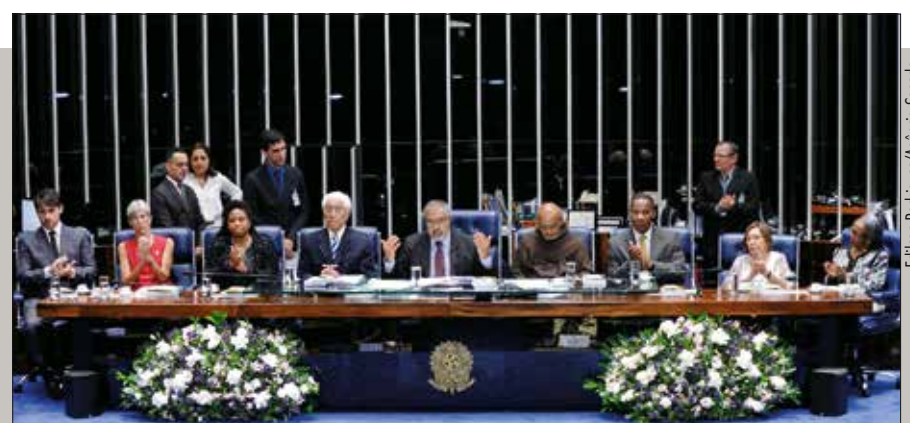
Governo rejeita maior inspeção de importados

Numa audiência pública na Comissão de Agricultura, representantes do governo disseram que não deve ser aprovado o projeto de lei que determina que todos os produtos agropecuários importados

sejam inspecionados. Atualmente o governo analisa a presença de resíduos tóxicos apenas em amostras. De acordo com eles, nenhum país do mundo faz tal exigência por causa dos custos envolvidos. **7**

Regulamentação do e-Cidadania vai a promulgação **3**

Senadores podem antecipar parecer da CPI do HSBC **5**



Um dos criadores da comenda, Paim (C) preside a sessão de homenagem a destaques de 2015

Votação Aberta	DESCRIÇÃO
RESULTADO	AMAPA
SIM 59	João Capiberibe PSB
NÃO 13	Randolfo Rodrigues REDE
ABSTENÇÃO 1	Davi Alcolumbre DEM
PRESIDENTE 1	AMAZONAS
QUORUM 74	Sandra Braga PMDB
	Vanessa Grazziotin PCdoB
	Omar Aziz PSD
	BAHIA
	Lídice da Mata PSB
	Walter Pinheiro PT
	Otto Alencar PSD

Resultado da votação em Plenário ontem: decisão do STF que levou Delcídio do Amaral à prisão é confirmada no Senado

Senador ficará licenciado durante prisão preventiva

Delcídio entrou em licença automática, já que está impossibilitado de comparecer às sessões da Casa. Suplente só será convocado se afastamento superar 120 dias, segundo Secretaria-Geral da Mesa

O SENADOR DELCÍDIO do Amaral (PT-MS) permanecerá licenciado do mandato enquanto durar a prisão preventiva decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e mantida pelo Plenário do Senado. A licença é automática, de acordo com o artigo 44 do Regimento Interno do Senado, segundo informou ontem o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira.

O artigo trata da condição do parlamentar privado da liberdade temporariamente, já que ele não poderá comparecer às sessões da Casa, o que acontece com Delcídio do Amaral desde quarta-feira.

Pelo regimento, a ausência não será considerada falta e o senador poderá continuar recebendo seu salário

normalmente.

Luiz Fernando Bandeira também explicou que não deverá ser convocado suplente de imediato, o que só acontece quando o senador tira licença por mais de 120 dias. Na hipótese de o senador continuar preso além desse prazo, o suplente será chamado para que o estado não fique sub-representado no Senado.

— Se a detenção permanecer por mais de quatro meses, aí começa a ter um prejuízo para a bancada do Mato Grosso do Sul. O entendimento da Secretaria-Geral da Mesa é de que convocar-se-ia o suplente do senador Delcídio, que ficaria no exercício do cargo até que o senador pudesse retomar suas atividades — disse.

Já o cargo de presidente da Comissão de Assuntos Eco-

nômicos (CAE), exercido por Delcídio, deverá ser ocupado pelo vice-presidente, Raimundo Lira (PMDB-PB), durante o período em que o senador ficar detido.

Delcídio do Amaral foi preso na manhã de quarta-feira pela Polícia Federal por suspeita de obstrução da Operação Lava-Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobras.

A prisão preventiva foi autorizada pelo ministro do Supremo Teori Zavascki após acusação feita pelo Ministério Público Federal. A decisão de Teori foi depois referendada pela Segunda Turma do STF e encaminhada ao Senado, que decidiu pela manutenção da prisão em sessão extraordinária. O painel registrou 59 votos a favor, 13 contrários e 1 abstenção.

Paim: voto aberto foi a melhor decisão no caso Delcídio

Paulo Paim (PT-RS) disse que o Senado acertou ao se decidir na quarta-feira pelo voto aberto na análise da manutenção da prisão de Delcídio do Amaral.

O senador disse ter ficado perplexo quando tomou conhecimento do caso envolvendo o colega e defendeu a apuração de tudo.

— Nós podemos fazer como fizeram outros países, como a Itália, que enfrentou a crise. A crise está dada. Vamos enfrentá-la e caminhar para botar o país nos trilhos — disse Paim.

O senador também afirmou que espera uma atuação transparente do Executivo, do Judiciário e do próprio Legislativo para ajudar o Brasil “neste momento tão difícil”.

Medeiros critica PT no episódio da detenção de líder

José Medeiros (PPS-MT) disse que a adoção do voto aberto na sessão que manteve a decisão judicial que determinou a prisão do líder do governo, Delcídio do Amaral, atende os anseios da população, que cobra transparência.

Medeiros disse que a oposição agiu com responsabilidade, mas criticou a “postura de Judas” da presidência do PT, expressa em nota oficial.

— Além de ser deselegante, jogou mais gasolina nesse caldeirão que queriam evitar. Uma nota desastrosa. Querendo ir para o mais distante possível do problema, eles caíram no furacão. Se tem alguém que não poderia fazer aquilo ali, seria o PT. Cabe aqui lamentar. Ficou patente para a toda sociedade o que quis o presidente do PT.

Para Ana Amélia, postura fortalece Estado democrático

Ana Amélia (PP-RS) saudou o resultado da sessão que manteve a prisão temporária de Delcídio do Amaral.

— As instituições saíram fortalecidas, provando que o Brasil vive num Estado democrático de direito.

Ela elogiou a conduta imparcial no tratamento do assunto.

— Fomos guiados por um sentimento de nossas consciências, estimulados pelo desejo da sociedade de que aqui todos têm que ser tratados iguais. E essa noite ficará marcada nos livros de história do nosso país: uma revelação da valorização do Senado.

Ana Amélia também manifestou indignação com o assassinato do opositor venezuelano Luis Manuel Díaz, na quarta, em um comício.

TV Senado exhibe programa sobre substância contra o câncer

Fruto do trabalho de cientistas brasileiros, a fosfoetanolamina pode ser uma esperança para milhões de pessoas no mundo que lutam contra o câncer. Porém, a substância tem recebido críticas de médicos e da mídia. Um debate inédito com pesquisadores, médicos, pacientes e representantes do governo foi promovido pelas

Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS). A TV Senado vai exibir versão compacta do debate, que teve milhares de acessos na internet amanhã, no programa *Em Discussão!*.

Fosfoetanolamina: a cura do câncer?
• Amanhã, às 23h30
• Domingo, às 9h e às 16h30

Série da Rádio Senado mostra vida e luta de cadeirantes

Para lembrar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em 3 de dezembro, a Rádio Senado apresenta uma série especial de cinco capítulos sobre os cadeirantes de nosso país.

Durante a série *A Gente Tem que Sonhar*, os ouvintes vão conhecer diversas histórias que envolvem diretamente

ou de forma muito próximas pessoas que utilizam cadeiras de rodas. Também poderão acompanhar algumas das mudanças do Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei aprovada pelo Senado e sancionada em 2015.

A Gente Tem que Sonhar
• Segunda, às 7h30

“Sem Orçamento, não há ajuste fiscal”, diz Rose

Rose de Freitas (PMDB-ES) lamentou que a Comissão Mista de Orçamento não tenha votado ontem o relatório de Acir Gurgacz (PDT-RO) sobre a receita da proposta orçamentária. Por falta de consenso sobre a proposta do PMDB para acrescentar recursos à saúde, a votação foi adiada para a terça. Rose ressaltou que não é possível falar em ajuste fiscal se não houver antes um Orçamento:

— Sem essa peça, o ajuste não se concretiza por inteiro; nem sabemos se será concretizado — disse.

Gurgacz cobra do governo redução de despesas

O relator das receitas do Orçamento de 2016, Acir Gurgacz (PDT-RO), cobrou a redução das despesas do governo e o incentivo a novos investimentos como forma de melhorar a infraestrutura do país. Gurgacz disse que o relatório de receitas a ser votado na Comissão Mista de Orçamento foi elaborado dentro da realidade que o país vive, sem estimativas exageradas. Ele disse que o aumento de receita não pode ser feito com a criação de impostos, “pois a população não aguenta mais pagar a conta”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

ASSASSINATO DE JOVENS Cuiabá

10h Comissão faz audiência pública interativa na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em Cuiabá.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovada regulamentação do Programa e-Cidadania

Portal criado em 2011 facilita acesso da sociedade ao Senado e incentiva participação popular na discussão de temas de grande relevância. Projeto corrige lacunas identificadas nesses quatro anos

O PLENÁRIO APROVOU o projeto de resolução que regulamenta o Programa e-Cidadania. De autoria da Comissão Senado do Futuro (CSF), a proposta (PRS 39/2015) segue para promulgação.

O e-Cidadania foi criado em 2011, para facilitar o acesso do cidadão ao Senado e incentivar a participação popular na discussão de temas de grande relevância. Nos últimos 12 meses, o portal teve 11,5 milhões de acessos, um crescimento de 450% em relação ao ano anterior. Apesar do sucesso, a CSF identificou lacunas que poderiam comprometer a continuidade do sistema de relacionamento direto do cidadão com o Senado. Daí a necessidade de apresentar uma proposta regulamentando o programa.

No texto, são definidos os objetivos do programa e-

-Cidadania, a competência da Secretaria de Comissões para coordená-lo e a manutenção de um portal específico para o programa. Esse portal, segundo o projeto, será acessado pelos usuários constantes de um cadastro a ser utilizado também para o acesso aos demais serviços oferecidos pelo Senado aos cidadãos via internet.

A proposta prevê ainda que ideia legislativa recebida por meio do portal e que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao das sugestões legislativas previstas no artigo 102-E do Regimento Interno do Senado, devendo ser encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O artigo 102-E prevê que as sugestões legislativas apresentadas pelas entidades

organizadas da sociedade civil receberão da CDH parecer, que, caso favorável, as transformarão em proposições de autoria da comissão.

Apoio

Desde a criação do programa, mais de 3 mil ideias legislativas foram apresentadas. Nove conseguiram alcançar o apoio necessário — de 20 mil cidadãos — para serem analisadas.

Entre elas, sugestões para a regulamentação de aborto e imunidade tributária para entidades religiosas e o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.

Para o senador Douglas Cintra (PTB-PE), que relatou o projeto de regulamentação, a proposta busca aperfeiçoar uma ferramenta que tem se mostrado bastante útil no diálogo do Senado com o cidadão.



Gurgacz (E) apresentou parecer ao lado da presidente da CMO, Rose de Freitas

CPMF não entra no relatório de Receitas do Orçamento

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentou ontem o relatório de Receitas da proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/2015) sem incluir a arrecadação prevista pelo governo com a eventual recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele disse que procurou fazer um relatório realista, que não conta “com despesas de papel”.

— A CPMF não existe. Se ela não existe, não podemos acrescentá-la ao relatório. Não podemos sair do curso da realidade — afirmou o relator, na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A retomada da CPMF está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 140/2015, que nem sequer teve a tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.

Com o mesmo propósito de tornar o relatório o mais próximo possível da realidade, Gurgacz também não acatou proposta do PMDB para acrescentar ao parecer R\$ 9 bilhões que seriam destinados à saúde. A falta de consenso em torno do assunto adiou a votação do texto do relator, que estava marcada para ontem.

O senador disse que o número apresentado pelo PMDB não tem respaldo técnico.

— Não vejo como, de onde vem essa receita. Temos de fazer um relatório real.

Gurgacz afirmou que só aceitará incluir os R\$ 9 bilhões se houver unanimidade dos líderes na comissão e a concordância do relator-geral da proposta orçamentária.

O PMDB reivindica que o senador amplie de R\$ 11,1 bilhões para R\$ 20,1 bilhões a previsão de arrecadação com a repatriação de ativos no exterior em 2016. O projeto que autoriza a repatriação, de iniciativa do governo, foi aprovado na Câmara e está em análise no Senado (PL 2960/2015).

O deputado João Arruda (PMDB-PR), que é o relator setorial da saúde na proposta orçamentária, diz que a área precisa de mais recursos para

atender despesas discricionárias (não obrigatórias). É o caso de programas como o Farmácia Popular e o Média e Alta Complexidade, que financiam a internação ambulatorial e hospitalar no SUS.

— Precisamos encontrar recursos para financiar a saúde. Vai faltar dinheiro para tudo — disse Arruda, que obteve apoio de alguns partidos na comissão.

O deputado Hildo Rocha (MA), líder do PMDB na CMO, informou que o partido pode obstruir as reuniões se a área não receber mais verbas.

Já o deputado Edmar Arruda (PSC-PR) também cobrou consistência no número para concordar em incluí-lo.

— Sou favorável ao orçamento da saúde. Só não queria uma informação duvidosa — argumentou.

Edmar propôs o corte de despesas no Orçamento como alternativa ao aumento da receita proposto pelo PMDB.

Hidrelétricas

O relatório de Gurgacz trouxe um adendo ampliando em R\$ 6 bilhões a arrecadação federal em 2016. Os recursos virão do leilão de 29 usinas hidrelétricas que o governo fez na quarta-feira e que gerou uma receita de R\$ 17 bilhões.

A princípio, as empresas vencedoras do leilão pagariam ao Executivo R\$ 6 bilhões neste ano e R\$ 11 bilhões em 2016. Este último valor já estava incluído em versão anterior do relatório divulgado na quarta-feira por Gurgacz.

Após a apresentação de ontem na CMO, o Planalto comunicou ao senador que todos os valores só serão pagos no próximo ano. Com isso, a receita primária total de 2016 sobe para R\$ 1,426 trilhão, um aumento de R\$ 166,2 bilhões em relação a este ano.

A receita primária líquida, que exclui as transferências para estados, Distrito Federal e municípios, ficou em R\$ 1,199 trilhão. Esse valor é inferior ao pretendido pelo governo, que projetou R\$ 1,204 trilhão, número que inclui a CPMF.

(Da Agência Câmara)



Jorge Viana preside sessão que aprovou, em 1º turno, homenagem a pessoas que contribuíram para humanização da saúde

Plenário avalia criação do Diploma Nise da Silveira

Vai a votação em turno suplementar no Plenário o substitutivo ao Projeto de Resolução (PRS) 4/2015, que cria o Diploma Nise Magalhães da Silveira. A iniciativa de Sérgio Petecão (PSD-AC) visa homenagear personalidades que tenham contribuído com o desenvolvimento de técnicas e condições de tratamento humanizado da saúde no Brasil.

A premiação deverá ocorrer anualmente, em sessão especial do Senado, no mês de outubro. A proposta também cria o Conselho do Diploma Nise Magalhães da Silveira, que será composto por sete senadores. Os membros desse conselho ficarão responsáveis pela escolha dos agraciados.

O relatório de Zeze Perrella

(PDT-MG) é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo apresentado por Otto Alencar (PSD-BA) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com sua adequação à nova resolução do Senado, de junho deste ano, que orienta proposições destinadas à concessão de lãureas.

Nascida em 1905, a alagoana Nise da Silveira Magalhães graduou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926. Em 1933, foi aprovada em concurso para psiquiatra do Hospital da Praia Vermelha, no Serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental.

Em 1944, começou a trabalhar no Centro Psiquiátrico Nacional de Engenho de Dentro (RJ), atualmente

denominado Instituto Municipal Nise da Silveira, onde fundou, em 1946, a Seção de Terapêutica Ocupacional. Nessa instituição, a médica passou a tratar pacientes com distúrbios mentais graves por meio da arte, em substituição aos tratamentos que eram utilizados, como a lobotomia e as sessões de eletrochoque e de choque insulínico.

Nise criou ainda, em 1956, o centro de reabilitação Casa das Palmeiras, também no Rio. Discípula de Carl Gustav Yung, a psiquiatra se recusava a aplicar eletrochoques nos doentes e seu trabalho científico sobre esquizofrenia obteve reconhecimento mundial. A médica morreu em 1999, aos 94 anos.

Falta consenso entre os órgãos responsáveis pela segurança no país a respeito das propostas que modificam a estrutura das diversas polícias e tratam da desmilitarização

Debatedores divergem sobre unificar polícias

A DIFICULDADE DE consenso sobre a unificação e desmilitarização das polícias ficou evidente em debate promovido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A audiência debateu cinco propostas de emenda à Constituição (PECs 102/2011; 40/2012; e 19, 51 e 73, de 2013) que modificam a estrutura das diversas polícias. A discussão foi conduzida por Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

As divergências foram maiores a respeito de duas propostas. A primeira é sobre a construção de um ciclo completo de polícia, ou seja, a mesma corporação poder acumular atividades de polícia judiciária, investigação criminal, prevenção a delitos e manutenção da ordem pública. A segunda trata da ampliação da possibilidade de lavratura do termo circunstanciado de ocorrência (TCO), para permitir que qualquer policial possa fazer o registro de infrações mais leves, com pena máxima de até dois anos de prisão ou multa. Os debates trataram, ainda, da criação ou não de um conselho nacional de polícia.

Para o secretário de Coordenação Institucional do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros



Randolfe (C), relator de uma das propostas, coordena o debate. Ele pretende promover outras discussões com setores envolvidos para elaborar o parecer

Militares, Alessandri da Rocha Almeida, “o TCO é o pontapé inicial para o ciclo completo de polícia”. O diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, Elias Silva, defendeu o ingresso da guarda municipal no policiamento ostensivo, admitindo que a polícia militar não dá conta sozinha dessa missão.

Para o presidente da Conferência Nacional das Guardas Municipais do Brasil, Oséias Francisco da Silva, é preciso desmilitarizar as polícias e aproveitar a expertise da guarda municipal na estruturação

de uma polícia comunitária, que preze pela preservação da vida e dos direitos dos cidadãos.

Delimitação

O presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis, Jânio Bosco, defendeu a delimitação do ciclo completo de polícia com respeito às atribuições de cada força e a organização de uma carreira única para ingresso no setor.

Vice-presidente jurídico da Associação de Delegados de Polícia do Brasil, Wladimir Sérgio Reale, disse que a cria-

ção de um conselho nacional de polícia vai ampliar o controle social sobre a instituição. Reale reivindicou a vinculação de recursos públicos para a segurança, assim como é feito para a saúde e a educação.

Entendimento diverso sobre o conselho foi apresentado pelo procurador regional da República Alexandre Camanho de Assis.

— A PEC 102 [do senador Blairo Maggi (PR/MT)] traz essa ideia, que me parece sem sentido. Conselhos nacionais servem para o controle firme e social das magistraturas constitucionais, que são o Ju-

diciário e o Ministério Público. Não haveria essa necessidade de um conselho nacional para fazer o controle de um organismo do Poder Executivo — considerou Camanho.

Ao final do debate, José Medeiros (PPS-MT) reconheceu a controvérsia em torno das propostas de unificação e desmilitarização das polícias. Ele lamentou que a segurança seja “o patinho feio” na lista de prioridades para recebimento de verbas públicas. Randolfe prometeu promover novos debates com setores envolvidos na questão antes de elaborar o parecer da PEC 102/2011.

CPI do Assassinato de Jovens promove audiência em Cuiabá

A CPI do Assassinato de Jovens promove hoje audiência interativa em Cuiabá, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. O evento tem o objetivo de debater as políticas públicas de combate à violência contra jovens no estado e poderá ser acompanhado pela internet.

A audiência foi requerida por José Medeiros (PPS-MT). Com base na pesquisa *Mapa da Violência 2015*, o senador informa que a taxa de morte na população jovem por arma de fogo no estado de Mato Grosso aumentou 11,4% em dez anos. Além disso, acrescenta Medeiros, o levantamento mostrou que em 2012, em Mato Grosso, a taxa de homicídios entre a população de negros foi 81% maior do que a taxa entre brancos.

O debate deve contar com representantes da Secretaria Estadual da Segurança Pública e da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos. A seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT) e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente também devem mandar representantes.

O encontro também vai con-



José Medeiros propôs debate baseado na pesquisa *Mapa da Violência 2015*, que acusa aumento da taxa de morte em MT

tar com debatedores do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Rondonópolis (MT) e do Instituto de Promoção Humana Papa João XXIII. A Sociedade Beneficente e Cultural de Proteção da Criança e do Adolescente, o Grupo Especial de Fronteira (Gefron) e a Associação Espírita Wantuil de Freitas também deverão se fazer representar na audiência.

A CPI do Assassinato de Jovens, que iniciou as atividades em junho, tem Lídice da Mata (PSB-BA) como presidente e

Paulo Paim (PT-RS) como vice. Lindbergh Farias (PT-RJ) é o relator da comissão, que tem até 14 de março de 2016 para concluir os trabalhos.

Comissão itinerante

Esta é a 20ª audiência da comissão, sendo seis fora do Senado, em Manaus, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Natal e agora Cuiabá. Já foram ouvidas mais de 100 pessoas, entre pesquisadores, familiares e representantes de ONGs.

A presidente da CPI lembra que o *Mapa da Violência 2015*

revela que 42.416 pessoas morreram em 2012, vítimas de arma de fogo no Brasil, o equivalente a 116 óbitos por dia. Desse total, 94,5% foram mortes por homicídio. “Nossos jovens são as maiores vítimas”, alerta a parlamentar ao citar que, do total de mais de 42 mil óbitos por disparo de armas de fogo naquele ano, 24.882 estavam na faixa etária entre 15 e 29 anos, o equivalente a 59%.

Jovens negros

Outro estudo aponta que os jovens negros são mais

afetados por essa onda de violência: o risco de um jovem negro ser assassinado é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco, de acordo com dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Esse levantamento mostrou que o número de jovens negros assassinados por cada 100 mil habitantes subiu de 60,5 em 2007 para 70,8 em 2012.

Entre os brancos, a taxa de vítimas de homicídio também aumentou: de 26,1 para 27,8. Isso significa que 29.916 jovens foram assassinados em 2012, sendo 22.884 negros e 7.032 brancos. Em 2007, o número de jovens mortos era de 26.603, dos quais 18.860 eram negros e 7.443, brancos.

Os números confirmam outros dados apresentados em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com o trabalho da entidade, a cada três assassinatos no país, dois vitimam negros.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Entre os suspeitos de envolvimento no esquema de compra de decisões do conselho, estão Paulo Ferraz, ex-presidente da Mitsubishi, e Juliano Nardes, sobrinho de ministro do TCU

Relatório da CPI do Carf pede indiciamento de 28

O RELATÓRIO FINAL da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que está investigando o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) pede o indiciamento de 28 pessoas por crimes como sonegação fiscal e corrupção ativa. Esse número, porém, pode aumentar. Até a terça-feira, senadores podem propor a inclusão de nomes.

Entre os indiciados, estão Paulo Ferraz, ex-presidente da Mitsubishi no Brasil, e Juliano Nardes, sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes.

O relatório, que também recomenda mudanças na legislação para evitar que se repitam casos de corrupção no Carf, foi lido ontem e deverá ser votado na quinta-feira.

O documento, elaborado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é baseado em quebras de sigilo bancário e fiscal feitas pela CPI e no material compartilhado pela Operação Zelotes e aponta irregularidades no julgamento de mais de 70 processos envolvendo dívidas de bancos, montadoras de automóveis e siderúrgicas.

De acordo com a relatora, julgamentos foram manipulados para favorecer empresas. O esquema pode ter resultado num prejuízo de R\$ 19 bilhões à Receita Federal.

— Ganhava a empresa corruptora, que via os débitos tributários serem reduzidos a pó. Ganhavam os conselheiros corruptos, que aumentavam seu patrimônio. E ganhavam os intermediários, cujas empresas de “consultoria” gerenciavam somas vultosas. Só quem perdia era a população: bilhões que deveriam ser pagos a título de tributos e poderiam equilibrar as contas públicas

nem sequer foram recolhidos — apontou a senadora.

Vanessa aponta o caso da montadora japonesa Mitsubishi como o mais representativo das fraudes. A empresa teria sido favorecida num julgamento que fez despencar sua dívida com o fisco de R\$ 266 milhões para R\$ 960 mil. Aponta a relatora no documento:

“A Mitsubishi ter-se-ia favorecido do tráfico de influência exercido pelas empresas de consultoria e advocacia que comumente eram contratadas pelos devedores. Esses escritórios são compostos, em regra, por conselheiros do Carf ou por lobistas com forte influência dentro do conselho”.

Entre os indiciados está Mauro Marcondes Machado, que atuaria como intermediário entre a Mitsubishi e o grupo comandado por José Ricardo da Silva, ex-vice-presidente do Carf.

A relatora também pede o indiciamento de Juliano Nardes. O sobrinho do ministro do TCU é suspeito de receber propinas de empresas investigadas.

Dificuldades

O presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse que as investigações não avançaram tanto quanto gostaria. O trabalho começou em maio e foi prejudicado pela falta de colaboração dos convocados, disse o senador. Muitos apresentaram habeas corpus para permanecer em silêncio diante dos senadores.

A falta de tempo também atrapalhou, apontou Ataídes. Em seis meses, apenas o representante de uma das dezenas de empresas suspeitas de pagar propina em troca de anulação de suas multas no



O presidente da CPI, Ataídes Oliveira, e a relatora, Vanessa Grazziotin: relatório final deverá ser votado na semana que vem

Carf foi ouvido.

Para Ataídes, o principal legado da CPI, que se encerrará com a votação do relatório, é sugerir mudanças na legislação. Uma das propostas (PEC 112/2015) determina a escolha de conselheiros por concurso. O senador avalia que a medida vai ajudar a evitar compra de sentenças:

— O Carf era uma porteira aberta para a corrupção.

O documento recomenda que a Comissão de Juristas da Desburocratização atualize o Código Tributário Nacional e o Código de Processo Administrativo Tributário, além de pedir que o governo mude a composição e as atribuições do Carf.

Vanessa afirmou:

— Existem interrogações sobre o futuro do Carf. Caberá à Polícia Federal e ao Ministério Público aprofundar as investigações e dar prosseguimento aos detalhes descobertos, especialmente por quebras de sigilo e dos depoimentos que ajudaram a entender o funcionamento das quadrilhas que assaltaram o Carf.

“Integrantes do conselho trocaram sua dignidade por propina”, afirma Vanessa

A relatora da CPI do Carf, Vanessa Grazziotin, anunciou no Plenário que, além de pedir o indiciamento de 28 pessoas, tem provas contra empresas, ex-conselheiros, escritórios de advocacia e empresas de consultoria e que incluirá no texto sugestões de alterações legais. O relatório da senadora será votado na próxima semana.

A comissão parlamentar de inquérito investiga as irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, apontadas pela Operação Zelotes, da Polícia Federal. Empresas devedoras do Fisco pagavam propinas aos conselheiros do Carf para conseguir perdão ou redução de dívidas tributárias.

— De um lado, estavam as empresas corruptoras, que se utilizavam de esquemas sabidamente criminosos para deixar de pagar tributos devidos, subtraindo bilhões dos cofres públicos e da população brasileira necessitada. Na ou-

tra ponta, estavam os agentes corruptos, que, no geral, eram conselheiros e ex-conselheiros do Carf, os quais vendiam sua dignidade em troca de dinheiro, despindo-se da função de julgar para vestirem a toga da vileza, da veiledade e da corrupção. Finalmente, vinham os intermediários, as empresas de consultoria e os escritórios de advocacia, que eram, na verdade, sumidouros do dinheiro derivado da propina e agências de compra e venda de decisões no âmbito do Carf — afirmou.

Vanessa disse que o relatório pode abranger outras sugestões apresentadas até a próxima semana, quando o relatório será votado pelos integrantes da CPI.

Ela acrescentou que sugerirá mudanças nas leis, além de propor ao governo a adoção de medidas para aperfeiçoar os sistemas de arrecadação e de análise de recursos fiscais e a atribuição do Carf.

Documento final da CPI do HSBC pode sair antes

A CPI do HSBC fará reunião na terça-feira às 14h30 para votar um requerimento que pede a imediata apresentação do relatório final. O prazo de funcionamento da CPI expira em 30 de abril do ano que vem.

O pedido para a antecipação foi apresentado por oito senadores — Sérgio Petecão (PSD-AC), Davi Alcolumbre (DEM-AP), Ciro Nogueira (PP-PI), Blairo Maggi (PR-MT), Otto Alencar (PSD-BA), Paulo Bauer (PSDB-SC), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Regina Sousa (PT-PI). Eles argumentam que a CPI não conseguiu receber das autoridades francesas a lista oficial dos clientes que teriam se beneficiado das vantagens ofertadas pelo

HSBC para a abertura de contas irregulares.

Além disso, de acordo com os parlamentares, a comissão não consegue mais ter acesso a Hervé Falciani, o funcionário da HSBC cujas denúncias deram origem ao caso. Ele chegou a participar de uma videoconferência com os integrantes da CPI, mas desde agosto não é mais localizado.

Há a alegação de que a Câmara já aprovou — e está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado — o projeto (PLC 186/2015) que cria o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária. Pela proposta, quem enviou para o exterior dinheiro

ou bens obtidos de forma lícita pode trazer os recursos de volta ao Brasil. Nesses casos, será cobrado o Imposto de Renda com alíquota de 15%, mais multa do mesmo percentual.

Outra justificativa dos defensores da antecipação do relatório final é que o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Receita Federal estão investigando o caso.

— E, considerando que a CPI do HSBC não consegue avançar nos trabalhos a que se propôs por impossibilidade material, é que requeremos seja apresentado imediatamente o relatório final da presente comissão parlamentar de inquérito — pedem os oito senadores.

Comissão vai à Bahia verificar situação do Rio São Francisco

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) faz hoje diligência em Bom Jesus da Lapa (BA) para constatar a situação do Rio São Francisco e verificar os efeitos da crise hídrica que levam os dois mais conhecidos reservatórios de geração de energia hidrelétrica da calha principal do Velho Chico (Sobradinho e Três Marias) a estarem praticamente no volume morto. A diligência será conduzida pelo presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA), a partir das 9h.

As autoridades vão visitar trechos do rio e participar de

soltura de peixes. A diligência integra o plano de trabalho da CMA que avalia a política pública de revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, conforme decidido no dia 17 em audiência pública com especialistas e autoridades públicas.

A comitiva da CMA que visitará o Rio São Francisco será integrada por senadores, deputados federais e estaduais. O presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Felipe Mendes de Oliveira, e prefeitos da região também estarão presentes.

Entre os condecorados com a Comenda Abdias Nascimento, estão o criador da Educafro, frei David Santos, e o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente

Senado premia defensores dos direitos dos negros

ENTRE OS HOMENAGEADOS de 2015 com a Comenda Abdias Nascimento, concedida pelo Senado a pessoas e instituições que se destacam na luta contra o racismo e pela valorização da raça negra, estão Alceu Collares, ex-governador do Rio Grande do Sul, e frei David Santos, militante social e criador da rede de pré-vestibulares e cursinhos Educafro.

A sessão especial de entrega da condecoração foi realizada ontem, no Plenário do Senado. Essa foi a segunda edição da comenda.

Foram condecorados ainda José Vicente, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, em São Paulo; Mari de Narsaré Baiocchi, antropóloga e ativista pelos direitos da comunidade quilombola Kalunga, em Goiás; Linduarte Noronha, cineasta; e Carlos Santos, ex-deputado estadual gaúcho — estes dois últimos de forma póstuma.

A Fundação Cultural Palmares também recebeu a comenda.

Abdias Nascimento, morto em 2011, é uma das maiores referências das lutas antirracistas no Brasil. Ele também foi senador entre 1996 e 1999.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a sessão, frisou que “o conhecimento é a arma mais eficiente contra o racismo” e disse que a comenda, criada por sugestão dele



Frei David Santos, um dos condecorados pelo Senado, discursa na sessão especial, que foi presidida por Paulo Paim (C)

e da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), tem essa missão.

Diferença salarial

Frei David pediu ao Senado que trabalhe na definição de políticas públicas que diminuam a diferença salarial entre trabalhadoras negras e brancas e que derrube as legislações estaduais que tratam dos autos de resistência, que vê como inconstitucionais.

— Buscam legalizar o extermínio dos jovens negros pelas polícias — afirmou.

Ele defendeu a definição de cotas para negros na representação parlamentar, pediu melhores condições de vida aos povos indígenas e disse que devolverá a comenda “se

o Senado decepcionar a causa progressista”.

José Vicente disse que vê a homenagem do Senado como um importante reconhecimento da sociedade à Universidade Zumbi dos Palmares, que já formou mais de 3 mil jovens.

Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou a visita que fez à Zumbi dos Palmares e a sensação de estranhamento que teve ali.

— A maioria dos estudantes são negros. Algo que os estrangeiros percebem rapidamente quando estão em universidades aqui é a baixa presença de negros — disse o senador, acrescentando que o quadro vem se alterando com às políticas de cotas raciais.

Mari Baiocchi agradeceu Lúcia Vânia (PSB-GO) pela parceria na luta pelos direitos da comunidade quilombola Kalunga. A senadora disse que é importante valorizar os quilombolas e lutar por melhores condições sociais para esse grupo.

Alceu Collares defendeu um maior engajamento de jovens negros na política.

Documentário

Também agradeceram a homenagem a presidente da Fundação Palmares, Cida Abreu, e os filhos de Linduarte Noronha e Carlos Santos, respectivamente Leonardo Noronha e Neiva Santos.

Linduarte, morto em 2012, foi o diretor do curta-me-

tragem *Aruanda*, um dos primeiros a tratar da contribuição cultural dos afro-brasileiros.

Carlos Santos, sindicalista morto em 1989, foi o primeiro negro a se eleger deputado no Rio Grande do Sul, na década de 30.

Além dos homenageados, Ana Amélia (PP-RS) fez questão de citar outros negros gaúchos que se destacaram, como o cantor Lupicínio Rodrigues, o ex-jogador de futebol Everaldo (campeão do mundo em 1970) e a ex-ginasta Daiane dos Santos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou a participação dela na Marcha das Mulheres Negras, na semana passada, e lamentou o conflito entre as participantes da marcha e os manifestantes que defendiam a volta do regime militar, acampados no gramado em frente ao Congresso Nacional. A senadora disse que se emocionou e aprendeu com as participantes da marcha:

— Diante do preconceito e da ignorância, mesmo sem reconhecimento e depois do conflito, elas cantaram, dançaram e celebraram sua cultura.

Lídice da Mata, que preside a CPI do Assassinato de Jovens, manifestou preocupação com a violência racial e citou o aumento do número de negros mortos e agredidos pela polícia.

Raupp pede agenda de reformas e redução da burocracia no país

A economia está parada e é hora de o país fazer os ajustes necessários, alertou Valdir Raupp (PMDB-RO). Para



que trata dos entraves ao desenvolvimento, como o excesso de burocracia.

Segundo o senador, é necessária uma agenda de reformas de curto, médio e longo prazo para o Brasil.

Na pesquisa deste ano do Banco Mundial sobre ambiente de negócios o Brasil perdeu cinco posições em relação a 2014, caindo para a posição de número 116 num grupo de 189 nações avaliadas.

Cristovam Buarque quer união para combater o desemprego

As estatísticas não conseguem captar a dimensão da “tragédia” do desemprego, que destrói famílias e enlouquece as pessoas, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF).

O senador cobrou uma união nacional no combate ao desemprego e disse que a situação é de “guerra” e está acima das diferenças políticas.

— Seria um grave equívoco se as oposições,

imaginando que vão ganhar a eleição graças ao descontentamento do desemprego, não quisessem colaborar — disse.

Segundo ele, a falta de trabalho atinge um em cada quatro jovens.

Cristovam manifestou temor de que, mantidos esses índices, os desempregados busquem soluções escolhendo líderes populistas.

Hélio José critica possível venda de parque em cidade-satélite do DF

Hélio José (PSD-DF) criticou projeto do governo do Distrito Federal que prevê a venda de 16 hectares de



um parque que fica na cidade do Guará. Ele explicou que a área será destinada à construção de prédios e rebateu a alegação do governo de que, pelo fato de a área estar degradada, a ocupação não implicará

perdas do ponto de vista ambiental e ecológico.

— As áreas adjacentes que também pertencem ao parque são de Cerrado estrito, com minas de água e vegetação sensível que obviamente seriam afetadas pela construção dos edifícios. O que precisamos é preservar, e não privatizar — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvío Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

É erro mudar inspeção agropecuária, diz governo

Proposta em análise no Senado determina que a presença de resíduos tóxicos seja analisada em todos os produtos importados, e não só em amostras, como ocorre hoje

SUBMETTER TODOS OS produtos agropecuários importados a análises sanitárias, em substituição ao atual controle por amostragem, é inviável, disseram os especialistas ouvidos ontem numa audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O debate ajudará os senadores na votação do PLC 49/2015, que torna obrigatória a análise de resíduos de agrotóxicos e outras substâncias tóxicas em todos os produtos agropecuários importados e seus derivados e subprodutos, tanto os in natura quanto os semiprocessados.

De acordo com Fatima Chieppe Parizzi, coordenadora-geral de Qualidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, a estratégia brasileira para análises em alimentos importados tem orientação científica mundialmente adotada.

— Nenhum país do mundo aplica o que está previsto no projeto de lei, nenhum país do mundo analisa 100% dos produtos em termos de resíduos e contaminantes. É inviável economicamente, seja para os EUA, seja para um país da África, seja para o Brasil — afirmou.

A coordenadora explicou que o plano de controle de resíduos e contaminantes adotado pelo Ministério da Agricultura prevê a coleta de amostras por cadeia produtiva em função do risco, do consumo do produto e do



Ana Amélia (2ª à esq.) conduz a audiência sobre a vigilância de resíduos tóxicos em produtos agropecuários importados

volume importado.

Os produtos, disse, são certificados nos pontos de entrada, podendo ser recusados se não atenderem às normas, aceitos para o mercado interno ou retidos para adequação, havendo ainda possibilidade de rastreamento posterior, se necessário.

Reciprocidade

No mesmo sentido, o chefe da Divisão de Agricultura do Ministério das Relações Exteriores, Braz Baracuh, afirmou que, se o país passar a inspecionar a totalidade das importações, terá também que fazer isso em toda a produção nacional ou estará descumprindo a regra de reciprocidade da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O autor do projeto, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), argumentou que os produtores rurais brasileiros enfrentam a importação de produtos que têm preço menor pelo custo de produção mais baixo, em função de regras sanitárias que seriam mais brandas nos países de origem.

Como exemplo, ele citou o arroz e o trigo importados da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, países que permitiriam o uso de agrotóxicos proibidos no Brasil.

— É permitido comermos trigo e arroz importados da Argentina, mas não podemos importar defensivos que eles usam na produção, que são mais baratos? — questionou.

Também a senadora Ana Amélia (PP-RS) apontou di-

ficuldades dos agricultores com esse tipo de concorrência, como acontece não apenas com trigo e arroz, mas também com outros produtos, como a maçã importada da China.

Substitutivo

Para Marcos Otávio Prates, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a solução não está no controle exaustivo dos produtos importados, medida que ele considera impraticável frente às 60 milhões de toneladas de alimentos que o país importa por ano.

— Se o projeto pretende ser solução para dificultar a importação em setores que o país tem vulnerabilidade, em termos de competitividade, não é o caminho. Existem ou-

tros caminhos, como defesa comercial, práticas antidumping e preço de referência na importação — frisou.

Ele reconheceu que as relações comerciais entre os países não são simétricas, mas ressaltou que a reciprocidade é a regra do comércio internacional e que o controle sobre toda a importação está na contramão da prática internacional e do esforço do Brasil para ampliar acesso a mercados.

Autor do requerimento propondo o debate, Donizeti Nogueira (PT-TO) concordou com os especialistas quanto ao equívoco das exigências previstas no projeto, mas apontou a necessidade de medidas para proteger a produção agrícola, como o aumento das tarifas de importação.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) dizem ser preciso aumentar o rigor com produtos importados, sob o argumento de que os países que compram produtos agropecuários brasileiros frequentemente impõem barreiras para proteger seus agricultores.

O PLC 49/2015 está pronto para votação na CRA, onde recebeu voto favorável do relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), que apresentou um substitutivo para incluir as medidas propostas na Lei de Agrotóxicos (Lei 7.802/1989), e não em lei específica, como está previsto no projeto.

Maiores de 80 anos podem ter prioridade especial

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) determina ser obrigação do governo e de toda a sociedade assegurar aos mais velhos prioridade nos serviços de saúde, educação, cultura e alimentação. Projeto de lei da Câmara aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) prevê que, entre os idosos, os maiores de 80 anos devem ter tratamento especial.

O autor do PLC 47/2015, deputado Simão Sessim (PP-RJ), justifica que essas pessoas têm a mobilidade mais reduzida do que aquelas que ainda estão na faixa dos 60 anos. Ele destaca o aumento da expectativa de vida no país e a consequente formação de um grupo populacional com mais de 80 anos, com características de vulnerabilidade mais acentuadas, que demandam reconhecimento especial por parte do poder público.

Ao defender a proposta, Sérgio Petecão (PSD-AC) disse que os maiores de 80 anos merecem cuidados especiais e proteção em lei.

— Não restam dúvidas

quanto à maior fragilidade daquelas pessoas octogenárias, bem como ao fato de que elas decerto poderão contar com a compreensão daquelas outras pessoas idosas que ainda não atingiram tão significativa idade — afirmou o senador.

A CDH também aprovou audiência pública para debater a tragédia ocorrida em Mariana (MG), após rompimento da barragem da mineradora Samarco. O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento, quer saber quais medidas preventivas deveriam ter sido tomadas e quem será

responsabilizado pelo caso.

Por sugestão da senadora Ana Amélia (PP-RS), a comissão também vai promover uma audiência para debater o direito da criança à universalização da vacinação no continente latino-americano.

Outros dois requerimentos aprovados pedem duas audiências sobre o desmatamento zero: uma com foco no futuro socioambiental e econômico do Brasil e outra sobre os caminhos para que o desmatamento zero seja atingido. Ambos são do senador João Capiberibe (PSB-AP).



Petecão defendeu texto: octogenários terão a compreensão de outros idosos

Viana defende regime tributário que beneficie aviação regional

Jorge Viana (PT-AC) defendeu no Plenário a aprovação de uma política de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que beneficie a aviação regional e garanta preços mais justos para os bilhetes aéreos.

Segundo o senador, a falta de incentivos para os voos regionais, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, prejudica o direito de ir e vir e reduz as oportunidades “para o Brasil ser mais justo”.

Ele ressaltou que as diferenças de impostos, decorrentes da guerra fiscal, contribuem para levar as empresas aéreas a dar preferência aos estados onde o combustível é mais barato. Viana pediu apoio à proposta que reduz o ICMS da companhia aérea que tiver maior atuação nas rotas regionais.

— O Norte e o Nordeste nunca vão ter aviação regional se nós não tivermos estabelecido uma política séria no trato de dar suporte para a aviação civil no Brasil.

Garibaldi pede medidas que minimizem efeitos da seca no Nordeste

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse esperar que o mecanismo apresentado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) para abastecer com água a cidade de Caicó (RN) minimize o problema da crise hídrica na região.

Segundo o senador, a Chesf vai usar uma turbina de energia para levar água até Caicó. Esse procedimento deve surtir efeito em, no máximo, 15 dias.

Ele reconheceu que essa solução é emergencial e exigiu outras medidas, mesmo porque a previsão é que as chuvas caiam na região apenas em maio.

— Já temos mais de 80 municípios com problemas emergenciais de água e algumas cidades em colapso absoluto. Todos os reservatórios do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Paraíba estão reduzidos a menos de 20% da capacidade.



Ana Volpe/Agência Senado

Universidade quer autonomia para eleger reitor

Audiência debateu ontem projeto que estabelece eleições diretas e paritárias. Debatedores rejeitam regulamentação e sugerem modelos que garantam liberdade de escolha

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE acadêmica e de pesquisa debateram na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem projeto de lei que trata do processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Diferentes soluções foram abordadas. Entre elas, a ideia de que as instituições, segundo o princípio da autonomia universitária, sejam livres para escolher modelo que considere mais adequado para si, sem a necessidade de lei regulamentadora.

Outras opções citadas incluíram sistema de votação direta, como ocorre hoje em quase todas as universidades federais e institutos de ensino técnico, ou com ajustes para que possa haver algum modo de participação da sociedade. Também foi sugerida a adoção de critérios mais exigentes para os candidatos a serem selecionados pelo voto direto ou por meio de conselhos.

Foram mencionados ainda modelos de seleção vigentes em universidades estrangeiras. Em Oxford, na Inglaterra, por exemplo, o conselho elege consultoria — apenas externa ou com participação de membros da instituição — para recrutar na sociedade dirigente com experiência de gestão de organizações complexas e que deve apresentar

Pela proposta, professores, alunos e funcionários têm o mesmo peso no voto



Reitor da UnB, Camargo (3º à esq.) critica modelos atuais de seleção, em sessão presidida por Cristovam (C) e com participação de pesquisadores, sindicatos e professores

amplios requisitos técnicos, referências e também participar de diversas etapas de seleção.

A audiência foi proposta pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que é relator do projeto que motivou o debate, o PLS 379/2013, do senador Delcídio do Amaral

(PT-MS).

Pelo texto, reitores e vice-reitores das universidades federais serão escolhidos por meio de votação direta e paritária, assegurada a proporção de

um terço para a manifestação de cada segmento (docentes, corpo técnico-administrativo e alunos).

Esse é o sistema que já vigora nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, mantido no projeto de Delcídio. Não há formação de lista para a definição pelo presidente da República. É nomeado o candidato mais votado.

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Ivan Camargo, teceu críticas aos atuais modelos de seleção dos dirigentes para o cargo. Segundo ele, a forma de seleção vem dando lugar a uma “partidarização”

das universidades, com a identificação dos candidatos aos partidos políticos, que passam também a ser atores indiretos na disputa.

Na avaliação dele, isso faz com que o processo de seleção fique distorcido, com cisões que se prolongam além das eleições.

— Isso atrapalha bastante a governança da nossa universidade — afirmou.

Para o reitor da UnB, uma forma de a sociedade estar presente no processo

de escolha poderia ser por meio da participação dos ex-alunos. Isso, disse, porque eles continuam muito atentos às instituições

onde estudaram e torcem por seu sucesso. Quanto à previsão de uma regulamentação, ele observou que toda lei restringiria a autonomia, um princípio assegurado na Constituição.

— Vamos fazer o inverso e confiar nas universidades. Isso me parece mais sensato que amarrar — defendeu Camargo.

Reitor da UnB sugere envolvimento da sociedade e de ex-alunos

Modelos estrangeiros podem ser referência

Para o pesquisador da UnB Marcos Formiga, o modelo universitário brasileiro, que vem de 1968, está “esclerosado” e, por isso, necessitando de ampla reforma, que vai muito além da forma de escolher dirigentes. Para ele, o caminho é conhecer, analisar e adaptar o que tem sido feito de maneira bem-sucedida no exterior, inclusive no que se refere aos processos de seleção dos nomes para o topo administrativo.

O modelo que apontou como mais interessante é o adotado em Oxford, em que a consultoria, a partir de um perfil profissional predefinido, fica encarregada de recrutar candidatos ao posto de reitor. Exige-se que apresentem plano de trabalho, referências, participem de entrevistas e até façam psicotestes.

Segundo ele, os institutos nacionais de pesquisa, no Brasil, já estão adotando padrões com algumas similaridades

ao saxão.

No caso de Harvard, nos Estados Unidos, ele disse que o processo é “assumidamente autocrático”, sem voto de professores e alunos. Há uma pesquisa no ano anterior em que a comunidade se limita a sugerir nomes, não havendo obrigação de que sejam da própria universidade. É formada uma lista sêxtupla da qual se pinça o reitor, que dependerá de seu desempenho para ser reconduzido.

— Em Harvard, reitor significa, antes de tudo, ser capaz de alavancar recursos financeiros para a instituição — ressaltou.

Participação social

O presidente do Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Paulo Rizzo, salientou que a participação dos estudantes na escolha dos reitores já representa um meio de dar voz à sociedade. Também apelou pelo respeito à autonomia

universitária em relação à definição do modo de escolha. Lembrou que esse princípio é uma conquista secular, que vem ainda da luta pela afirmação da ciência diante da Inquisição e dos preconceitos medievais.

— Autonomia não é apenas uma questão democrática e de gestão; está associada à liberdade de produção e mesmo de difusão da ciência — argumentou.

O secretário-executivo da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Henrique de Sousa Balduino, informou que a entidade já tem proposta legislativa com regras para a organização do processo de eleição de dirigentes, observando a autonomia. Segundo ele, o processo eleitoral deve se circunscrever ao âmbito da universidade, sem lista múltipla, mas apenas um nome para ser levado para nomeação.

Para sindicato, é preciso respeitar realidades diversas

O presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais e de Ensino Técnico e Tecnológico (Proifes), Eduardo Oliveira, também defendeu sistema de escolha no âmbito da comunidade universitária. Ele rejeitou a ideia de uma regulamentação aplicável a todas as universidades e a todos os institutos de educação.

— Existem realidades e processos históricos muito diferentes em todo o país.

O presidente da Academia Mundial da Arte e Ciência, Heitor Gurgulino, que foi o primeiro reitor da Universidade Federal de São Carlos (SP), manifestou preferência por processo de escolha que atribua peso proporcionalmente maior à participação dos professores. Segundo ele, os alunos participam da vida universitária de modo passageiro, ao contrário dos docentes. Ele

também apoiou a participação externa à universidade.

Substitutivo

Cristovam Buarque informou que deverão ocorrer novos debates sobre a proposta, adiantando que vai apresentar um substitutivo ao projeto de Delcídio. Segundo ele, mais que bom gestor, em tempos de mudança o titular do cargo precisa ser alguém capaz de liderar esse processo.

Segundo o senador, a escolha por modo direto respondeu às necessidades de um momento histórico. Observou, contudo, que essa sistemática vem servindo para estimular processos de natureza corporativa. Sem se definir por nenhum especificamente, citou modos alternativos, como a escolha por meio de conselhos constituídos apenas para a eleição, com representação universitária e social.